

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – OUTUBRO 2023

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA	4
IPI	5
JURISPRUDÊNCIA	5
IR E CSLL	6
LEGISLAÇÃO	6
JURISPRUDÊNCIA	6
PIS E COFINS	9
JURISPRUDÊNCIA	9
DIVERSOS	11
LEGISLAÇÃO	11
JURISPRUDÊNCIA	11

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. ALÍQUOTA DO ICMS – COMBUSTÍVEIS, ENERGIA ELÉTRICA, COMUNICAÇÕES E TRANSPORTE COLETIVO – LIMITES - REVOGAÇÃO
 - **Lei Complementar nº 201, de 24 de outubro de 2023 (DOU 24.10.23)**

2. REMESSA INTERESTADUAL DE BENS E MERCADORIAS ENTRE ESTABELECIMENTOS DE MESMA TITULARIDADE - TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS
 - **Convênio ICMS nº 174, de 31 de outubro de 2023 (DOU 01.11.23)**

3. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM LÂMPADA ELÉTRICA, DIODOS E APARELHOS DE ILUMINAÇÃO - DENÚNCIA, PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DO PROTOCOLO ICMS nº 17/85
 - **Despacho CONFAZ nº 58, de 05 de outubro de 2023 (DOU 06.10.23)**

4. CFOP, CRT, CST E CSOSN – REVOGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES PREVISTAS PARA 1º DE ABRIL DE 2024
 - **Ajuste SINIEF nº 29, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**
 - **Ajuste SINIEF nº 34, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**

5. DESTINATÁRIO NÃO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO – ENTREGA DA MERCADORIA EM QUALQUER DE SEUS DOMICÍLIOS OU EM DOMICÍLIO DE OUTRA PESSOA – REGRAS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO S/Nº DE 1970
 - **Ajuste SINIEF nº 38, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**

6. CFOP DE REMESSA E DE ENTRADA DE MERCADORIA PARA DEPÓSITO FECHADO, ARMAZÉM GERAL OU OUTRO ESTABELECIMENTO DA MESMA EMPRESA OU DE TERCEIRO - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO S/Nº DE 1970
 - **Ajuste SINIEF nº 40, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**

7. NF-E – INDICAÇÕES DO CÓDIGO DE REGIME TRIBUTÁRIO (CRT), DO CÓDIGO DE SITUAÇÃO TRIBUTÁRIA (CST) E DO CÓDIGO DE SITUAÇÃO DA OPERAÇÃO NO SIMPLES NACIONAL (CSOSN) NO DOCUMENTO FISCAL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO S/Nº DE 1970 E NO AJUSTE SINIEF nº 07/2005
 - **Ajuste SINIEF nº 35, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**
 - **Ajuste SINIEF nº 37, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**
 - **Ajuste SINIEF nº 39, de 29 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**

8. BA – INOVAÇÃO E PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS - REGULAMENTAÇÃO
 - **Decreto nº 22.327, de 16 de outubro de 2023 (DOE-BA 17.10.23)**

9. DF – AUMENTO ALÍQUOTA ICMS – VIGÊNCIA 01.01.2024
 - **Lei nº 7.326, de 23 de outubro de 2023 (DO-DF 23.10.23)**

10. MT – PROCESSO DE CONSULTA – UNIFORMIZAÇÃO DE ENTENDIMENTO E OUTRAS DISPOSIÇÕES - ALTERAÇÃO
 - **Decreto nº 552, de 26 de outubro de 2023 (DOE-MT 27.10.23)**

11. MT – TAD-E E NFT (NOTÍCIA DE FATO TRIBUTÁRIO) – PROCEDIMENTOS – DEPOSITÁRIO - ALTERAÇÕES
 - **Portaria nº 210, de 09 de outubro de 2023 (DOE-MT 19.10.23)**

12. PE – AUMENTO ALÍQUOTA ICMS – VIGÊNCIA 01.01.2024
 - **Lei nº 18.305, de 30 de setembro de 2023 (DOE-PE 30.09.23)**

13. RO – AUMENTO ALÍQUOTA ICMS – VIGÊNCIA 01.01.2024
 - **Lei nº 5.629, de 13 de outubro de 2023 (DOE-RO 14.10.23)**
 - **Lei nº 5.634, de 1º de novembro de 2023 (DOE-RO 01.11.23)**

14. RS – CFOP DE REMESSA E DE ENTRADA DE MERCADORIA PARA DEPÓSITO FECHADO, ARMAZÉM GERAL OU OUTRO ESTABELECIMENTO DA MESMA EMPRESA OU DE TERCEIRO - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 57.278, de 26 de outubro de 2023 (DOE-RS 27.10.23)**

15. RS – OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO - LOCAL DA OPERAÇÃO PARA EFEITOS DA COBRANÇA DO IMPOSTO E DEFINIÇÃO DO ESTABELECIMENTO RESPONSÁVEL – ADEQUAÇÃO AO TEMA 520 DO STF - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 57.231, de 02 de outubro de 2023 (DOE-RS 02.10.23)**

16. SP – PROGRAMA “RESOLVE JÁ” – INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO
 - **Lei nº 17.784, de 02 de outubro de 2023 (DOE-SP 03.10.23)**
 - **Decreto nº 68.044, de 30 de outubro de 2023 (DOE-SP 31.10.23)**

17. SP – DÉBITOS FISCAIS – JUROS DE MORA E MULTA PUNITIVA – TERMO INICIAL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 68.043, de 30 de outubro de 2023 (DOE-SP 31.10.23)**

18. SP – CRÉDITO ACUMULADO DE ICMS – E-CREDAC – NOVO SISTEMA - DISCIPLINA
 - **Portaria SRE nº 65, de 10 de outubro de 2023 (DOE-SP 11.10.23)**

19.TO - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS (REFIS) - INSTITUIÇÃO

- **Lei nº 4.236, de 10 de outubro de 2023 (DOE-TO 10.10.23)**

JURISPRUDÊNCIA

20.CRÉDITO DE ICMS SOBRE PRODUTOS INTERMEDIÁRIOS - POSSIBILIDADE

- **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

21.RJ - FUNDO ESTADUAL DE EQUILÍBRIO FISCAL (FEEF) E FUNDO ORÇAMENTÁRIO TEMPORÁRIO (FOT) – CONCESSÃO DE BENEFÍCIO FISCAL CONDICIONADA A DEPÓSITOS EM FUNDO ESTADUAL - RECEITAS NÃO VINCULADAS A PROGRAMA GOVERNAMENTAL ESPECÍFICO E DETALHADO - CONSTITUCIONALIDADE

- **Precedente do Supremo Tribunal Federal**

22.SP – VENDING MACHINE – MÁQUINAS INSTALADAS NOS ESTABELECIMENTOS DOS PRÓPRIOS CONTRIBUINTES VENDEDORES – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NA PORTARIA CAT nº 92/2020

- **Resposta à Consulta Tributária nº 28.629, de 11 de outubro de 2023 (DE-SP 17.10.23)**

23.SP – OPERADOR LOGÍSTICO – DEPOSITANTE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL - PROCEDIMENTOS

- **Resposta à Consulta Tributária nº 28.210, de 16 de outubro de 2023 (DE-SP 18.10.23)**

24.SP – INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA – INDUSTRIALIZADOR QUE TAMBÉM É COMERCIAL EXPORTADOR – POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO COMBINADA DOS PROCEDIMENTOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR ENCOMENDA E REMESSA PARA EXPORTAÇÃO

- **Resposta à Consulta Tributária nº 27.705, de 24 de outubro de 2023 (DE-SP 25.10.23)**

IPI

JURISPRUDÊNCIA

1. ADI nº 7153 – CAUTELAR CONCEDIDA PARA SUSPENSÃO DE EFEITOS DOS DECRETOS QUE REDUZIRAM ALÍQUOTAS DE IPI – VALIDADE APENAS PARA OS NCM’S EXPRESSAMENTE CONSIGNADOS PELO RELATOR DA AÇÃO – REDUÇÃO DE IPI VÁLIDA PARA OS DEMAIS NCM’S
 - **Solução de Consulta nº 234, de 18 de outubro de 2023 (DOU 20.10.23)**

2. ACONDICIONAMENTO DE PRODUTOS EM CAIXAS OU PALETES – VALORIZAÇÃO DO PRODUTO POR CONFERIR UTILIDADE ADICIONAL – CARACTERIZAÇÃO COMO INDUSTRIALIZAÇÃO
 - **Solução de Consulta nº 242, de 23 de outubro de 2023 (DOU 30.10.23)**

3. REMESSA DE BEM IMPORTADO DA REPARTIÇÃO ADUANEIRA A ESTABELECIMENTO DIVERSO DO IMPORTADOR, MAS DA MESMA PESSOA JURÍDICA – EMISSÃO DE NOTA FISCAL – OBRIGAÇÃO DO IMPORTADOR, PARA ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO FEDERAL E CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS RELATIVAS AO IMPOSTO
 - **Solução de Consulta nº 260, de 27 de outubro de 2023 (DOU 31.10.23)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. REVISÃO DE PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS Nº 20 – MÉTODOS SEM PRODUÇÃO DE EFEITOS TRIBUTÁRIOS
 - **Ato Declaratório Executivo COSIT nº 50, de 09 de outubro de 2023 (DOU 16.10.23)**
2. IRPF – INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA AUXILIAR DE APURAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A RENDA DA PESSOA FÍSICA INCIDENTE SOBRE OPERAÇÕES DE RENDA VARIÁVEL - REVAR
 - **Instrução Normativa RFB nº 2164, de 25 de outubro de 2023 (DOU 27.10.23)**

JURISPRUDÊNCIA

3. PAT – ILEGALIDADE DO DECRETO Nº 10.854 – LIMITAÇÕES ILEGAIS AO CÁLCULO DO INCENTIVO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
4. SIMPLES – GORJETAS – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. IRRF SOBRE REMESSAS PARA O EXTERIOR – SERVIÇOS TÉCNICOS – TRATADOS PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO – EQUIPARAÇÃO A ROYALTIES - INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
6. JCP RETROATIVO - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
7. PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA – PRL – CÁLCULO DA IN RFB 243 - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
8. AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO – INDEDUTIBILIDADE NA BASE DE CÁLCULO DA CSLL
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
9. PRL – INOBSERVÂNCIA DE REQUISITOS TRABALHISTAS – DIRETORES NÃO EMPREGADOS - INDEDUTIBILIDADE

- **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 10. LUCROS DE CONTROLADAS NO EXTERIOR – TRATADO PARA EVITAR DUPLA TRIBUTAÇÃO DE RENDA – COMPETÊNCIA PARA TRIBUTAÇÃO**
- **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 11. JCP RETROATIVO - IMPOSSIBILIDADE**
- **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 12. CONCOMITÂNCIA DE MULTAS ISOLADA E DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE**
- **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 13. TRAVA DE 30% NA COMPENSAÇÃO DO PREJUÍZO FISCAL E BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL – EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA – LEGITIMIDADE**
- **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
- 14. ESTIMATIVA MENSAL DE DEZEMBRO E AJUSTE ANUAL – OBRIGAÇÕES DISTINTAS – PAGAMENTO DE AJUSTE ANUAL COMO SE FOSSE ESTIMATIVA – APLICAÇÃO DE MULTA ISOLADA**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 15. SALDO NEGATIVO – ESTIMATIVAS PARCELADAS – POSSIBILIDADE DE SUA UTILIZAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DO CRÉDITO**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 16. SALDO NEGATIVO – VERIFICAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS QUE LEVARAM À SUA COMPOSIÇÃO – INAPLICABILIDADE DO PRAZO DECADENCIAL DE CINCO ANOS**
- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
- 17. INCENTIVOS ECONÔMICOS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AMBIENTAIS DEGRADADAS – INCIDÊNCIA – PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 14.119/2021 – NÃO INCIDÊNCIA**
- **Solução de Consulta nº 236, de 27 de outubro de 2023 (DOU 27.10.23)**
- 18. CONVENÇÃO ENTRE BRASIL E JAPÃO PARA EVITAR BITRIBUTAÇÃO – PAGAMENTOS A PESSOA JURÍDICA DOMICILIADA NO JAPÃO DECORRENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA – INEXISTÊNCIA DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA – DESNECESSIDADE DE RETENÇÃO NA FONTE –**

REMESSA RELATIVA A PAGAMENTO DE TAXA DE GARANTIA EM FACE DE EMPRÉSTIMOS TOMADOS COM TERCEIROS – NECESSIDADE DE RETENÇÃO

- **Solução de Consulta nº 254, de 25 de outubro de 2023 (DOU 27.10.23)**

19. REMESSAS AO EXTERIOR DE CARÁTER EDUCACIONAL, CIENTÍFICO OU CULTURAL PARA MANUTENÇÃO DE PESSOA FÍSICA – ISENÇÃO – DESNECESSIDADE DE RETENÇÃO – REMESSA A RESIDENTE NO EXTERIOR PARA ASSINATURA DE PERIÓDICOS ELETRÔNICOS – RETENÇÃO À ALÍQUOTA DE 25%

- **Solução de Consulta nº 248, de 23 de outubro de 2023 (DOU 31.10.23)**

20. IRPF – RECEBIMENTO DE TRUST – INCIDÊNCIA

- **Solução de Consulta nº 8.010, de 04 de setembro de 2023 (DOU 26.10.23)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. NÃO CUMULATIVIDADE – CRÉDITO SOBRE ICMS-ST - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Superior Tribunal de Justiça**

2. AGROINDÚSTRIA – ANTECIPAÇÃO DO CRÉDITO PRESUMIDO – MÉTODO FAST TRACK – EXIGÊNCIA DE DEVOLUÇÃO PELA RFB ANTES DA DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

3. NÃO CUMULATIVIDADE – CRÉDITO SOBRE PURIFICADORES DE ÁGUA - POSSIBILIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. FRETE NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

5. LANÇAMENTO REFLEXO DAS CONTRIBUIÇÕES EM BASES TRIMESTRAIS – VÍCIO MATERIAL – NULIDADE
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

6. DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEL – AQUISIÇÃO DE INSUMOS APLICADOS NA ATIVIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DA GASOLINA TIPO C – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. CORREÇÃO MONETÁRIA – NÃO CARACTERIZAÇÃO COMO RECEITA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. NÃO CUMULATIVIDADE – CRÉDITO SOBRE HIGIENIZAÇÃO EM AMBIENTES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO PRODUTIVO – QUESTÕES SANITÁRIAS OU EXIGÊNCIA LEGAL - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. NÃO CUMULATIVIDADE – CRÉDITO SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCOS - POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. FRETE NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS EM ELABORAÇÃO ENTRE ESTABELECIMENTOS – FRETE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS NÃO TRIBUTADOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. VENDAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – COMPROVAÇÃO APENAS COM O ENVIO DIRETAMENTE DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL AO RECINTO ALFANDEGADO OU PARA EMBARQUE, POR CONTA E ORDEM DA EMPRESA COMERCIAL EXPORTADORA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA – DESPESAS COM PALLETS, HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA, TRATAMENTO DE EFLUENTES, FRETE NA AQUISIÇÃO DE INSUMOS NÃO SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO, EPI, LABORATÓRIOS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS – DESPESAS COM FRETES NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. RESSARCIMENTO DE DESPESAS COMPARTILHADAS – NÃO INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. JUROS DECORRENTES DE INDENIZAÇÃO POR BENS REVERSÍVEIS DE CONCESSÕES PÚBLICAS - INCIDÊNCIA
 - **Solução de Consulta nº 2.018, de 27 de setembro de 2023 (DOU 04.10.23)**

15. ERROS COMETIDOS EM OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS EM OPERAÇÕES COM BENEFÍCIO FISCAL DE SUSPENSÃO DE RECOLHIMENTO OU APURAÇÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO – IMPOSSIBILIDADE DE AFASTAR O BENEFÍCIO – SUJEIÇÃO, APENAS, À PENALIDADE CABÍVEL
 - **Solução de Consulta nº 240, de 23 de outubro de 2023 (DOU 30.10.23)**

16. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS – EXCLUSÃO DA BASE DE CÁLCULO DESDE QUE TENHA SERVIDO COMO ESTÍMULO À IMPLANTAÇÃO OU EXPANSÃO DE EMPREENHIMENTO ECONÔMICO – INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA VINCULAR A EXCLUSÃO AO REGISTRO EM RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS
 - **Solução de Consulta nº 253, de 25 de outubro de 2023 (DOU 30.10.23)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. CAPACIDADE DE PAGAMENTO – MAIOR TRANSPARÊNCIA NA DIVULGAÇÃO DOS CRITÉRIOS
 - **Portaria PGFN nº 1.241 de 10 de outubro de 2023 (DOU 16.10.23)**
2. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA DE DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA FEDERAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA 28 DE DEZEMBRO DE 2023
 - **Edital PGDAU nº 04, de 29 de setembro de 2023**
3. REFORMA TRIBUTÁRIA – INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA DE REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO NO ÂMBITO DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DEFINIÇÃO DE GRUPOS DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE NORMAS REGULAMENTARES
 - **Portaria RFB nº 368, de 16 de outubro de 2023 (DOU 18.10.23)**

JURISPRUDÊNCIA

4. IOF – EMPRÉSTIMOS ENTRE EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS - CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
5. CARF – VOTO DE QUALIDADE – CONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
6. IPTU – ANÁLISE INDIVIDUALIZADA DE IMÓVEIS NOVOS NÃO PREVISTOS NA PLANTA GENÉRICA DE VALORES – POSSIBILIDADE DESDE QUE FIXADOS EM LEI OS CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO TÉCNICA E ASSEGURADO DIREITO AO CONTRADITÓRIO
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
7. RETIRADA DE SÓCIO – REGISTRO EXTEMPORÂNEO – IMPOSSIBILIDADE DE EFEITOS RETROATIVOS – POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO POR DÍVIDAS CONTRAÍDAS PELA SOCIEDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
8. BEM DE FAMÍLIA – ALIENAÇÃO APÓS A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO – INEXISTÊNCIA DE FRAUDE AO CREDOR OU À EXECUÇÃO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

9. RECUPERAÇÃO JUDICIAL – EXIGÊNCIA DE CND PARA APROVAÇÃO DO PLANO – LEGITIMIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

10. PARCELAMENTO ESPECIAL – REDUÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS APENAS APÓS A CONSOLIDAÇÃO DO DÉBITO – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSIDERAÇÃO DOS JUROS ORIGINALMENTE CALCULADOS SOBRE AS MULTAS REDUZIDAS EM 100%
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

11. GOIÁS – RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA AUTOMÁTICA DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES – INCONSTITUCIONALIDADE
 - **Precedente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**

12. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA POR MEIO DE INTERPOSIÇÃO DE PESSOAS OPTANTES DO SIMPLES – VÍNCULO EMPREGATÍCIO CONFIGURADO COM A CONTRATANTE – IMPOSSIBILIDADE DE ABATIMENTO DOS VALORES RECOLHIDOS PELAS CONTRATADAS
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

13. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BÔNUS DE CONTRATAÇÃO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

14. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – APORTES EM PREVIDÊNCIA PRIVADA – DESPROPORCIONALIDADE ENTRE EXECUTIVOS E DEMAIS EMPREGADOS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

15. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – SOLIDARIEDADE – DESNECESSIDADE DE APURAÇÃO PRÉVIA NO PRESTADOR – POSSIBILIDADE DE AUTUAÇÃO DIRETAMENTE DO RESPONSÁVEL SOLIDÁRIO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

16. MULTA QUALIFICADA – OMISSÃO REITERADA EM DCTF – IMPOSSIBILIDADE SALVO COMPROVAÇÃO DO DOLO
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

17. CIDE – REMESSA PARA O EXTERIOR DE ROYALTIES RELATIVOS À EXPLORAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

18. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – DIRETORES NÃO EMPREGADOS – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – ASSINATURA DE ACORDO DURANTE O PERÍODO AQUISITIVO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**

20. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLANO DE *STOCK OPTIONS* – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

21. IMPORTAÇÃO – IMPORTAÇÃO FRAUDULENTA – EXISTÊNCIA DE ENCOMENDANTE DO ENCOMENDANTE – NÃO CONFIGURAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

22. MERCADORIA ROUBADA – CONFIGURAÇÃO DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR – AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE PELO RECOLHIMENTO DOS TRIBUTOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

23. MERCADORIA ROUBADA – RESPONSABILIDADE DO DEPOSITÁRIO – IMPOSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR – RESPONSABILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

24. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – REQUALIFICAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS PELO FISCAL – POSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE INVASÃO À COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

25. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – NECESSIDADE DE INDICAÇÃO PRECISA DOS ATOS PRATICADOS COM EXCESSO DE PODERES OU INFRAÇÃO À LEI – IMPOSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO DIANTE DA MERA CONDIÇÃO DE EXECUTIVO DO GRUPO ECONÔMICO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

26. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BOLSAS DE ESTUDO A DEPENDENTES – SALÁRIO INDIRETO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

27. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – SOLIDARIEDADE – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO NA SITUAÇÃO QUE CONSTITUI O FATO GERADOR – IMPOSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE MERO INTERESSE ECONÔMICO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

28. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLANO DE *STOCK OPTIONS* – CARACTERIZAÇÃO DE HABITUALIDADE – VARIAÇÃO DA AÇÃO EM VIRTUDE DO PREÇO DE MERCADO – IRRELEVÂNCIA PARA A CARACTERIZAÇÃO DE VANTAGEM/REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**